

SER FEMINISTA NÃO É UMA ESCOLHA: A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO DEVE SER DE TODAS, TODOS, TOD@S E TODOS OS DIAS.

BEING A FEMINIST IS NOT A CHOICE: THE STRUGGLE FOR GENDER EQUALITY MUST BE FROM EVERYONE, AND EVERY DAY.

Eliane Dolens Almeida Garcia ¹ 

Recebido em: 21/09/2021

Aceito em: 28/12/2021

Resumo: Este artigo reflete a discussão sobre o feminismo ao longo tempo. A luta das mulheres por participação, voz, equidade e respeito na sociedade existente há séculos, desde as “bruxas” perseguidas na idade média até as lutas travadas nas ruas para conquistar o direito ao voto. Concordamos com a filósofa francesa existencialista Simone de Beauvoir (1949), “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Logo, condicionar o ser mulher ao simples fato de ter nascido do gênero feminino resume sua imagem a uma condição de sexo frágil ou segundo sexo, fadada a executar tarefas enfadonhas, reprodutivas e sem remuneração. Para Judith Butler (2010) o ser humano não tem a sua essência ou identidade definida ao nascer, pois primeiro existimos e a partir de nossa orientação sexual é que definimos a nossa essência. Considerando que o homem é um ser social e que se constrói a partir da socialização e das interações, como as mulheres poderiam se constituir como figuras ativas na sociedade, já que o seu papel se limitou por séculos, a ser desempenhado no seio da família e de forma invisível, delineando a falta de equidade e igualdade de participação na sociedade? Já na década de 1920, um século atrás, a revolucionária russa Alexandra Kollontai (2011) abordava a importância de alternativas públicas, como restaurantes e lavanderias para que a mulher pudesse se libertar dos trabalhos domésticos, ao mesmo tempo que defendia a importância de se estabelecer uniões entre pessoas livres. Discutir o feminismo igualitário é dialogar com uma realidade insurgente e plural onde grande parte das mulheres encontram-se inseridas e atuando num cenário de desigualdade, violência, fome e desemprego ainda mais agravado pela pandemia ocasionada pelo Novo Corona vírus, que teve início no final de 2019 e ainda assola países no mundo inteiro. Enquanto base da construção teórica, serão tomados como referência ativistas e filósofos como Flora Tristan (1838), Mary Wollstonecraft (1971), Neuma Aguiar (1984), Mikhail M. Bakhtin (2014) Olimpe Gouges (2017), Chimamanda Ngozi Adichie (2017) e Emma Watson (2017), bem como outros que versam sobre este tema e impulsionam um sentimento de sororidade na condução da transformação das estruturas sociais.

Palavras-chave: Patriarcado, Feminismo, Liberação, Equidade e Igualdade.

¹ Especialista em Docência no Ensino Superior (ICE). Professora de Língua Portuguesa (SEDUC-MT). E-mail: elianedol@hotmail.com

Abstract: This article has as aim to reflects the discussion of feminism over time. Women’s struggle for participation, voice, equity and respect in society that has existed for centuries, from the persecuted “witches” in the middle ages to the struggles waged in the streets to gain the right to vote. We agree with the existentialist french philosopher Simone de Beauvoir (1949) “no one is born a woman, but becomes a woman”. Therefore, conditioning being a woman to the simple fact of being born a female reduces her image to a condition of the weaker sex or the second sex, doomed to perform boring, reproductive and unpaid tasks. For Judith Butler (2010) human beings do not have their essence or identity defined at birth, as we first exist and based on our sexual orientation, we define our essence. Considering that man is a social being and that he is built from socialization and interactions, how women could constitute themselves as active figures in society, since their role was limited for centuries, to be played within the family and invisibly, outlining the lack of equity and equal participation in society? In the 1920s, a century ago, Russian revolutionary Alexandra Kollontai (2011) addressed the importance of public alternatives, such as restaurants and laundries, so that women could free themselves from housework, while defending the importance of settling down unions between free people. Discussing egalitarian feminism is dialoguing with an insurgent and plural reality where a large part of women are inserted and acting in a scenario of inequality, violence, hunger and unemployment even more aggravated by the pandemic caused by the New Corona virus, which began at the end of 2019 and still ravages countries around the world. As a basis for theoretical construction, activists and philosophers such as Flora Tristan (1838), Mary Wollstonecraft (1791), Neuma Aguiar (1984), Mikhail M. Bakhtin (2014) Olimpe Gouges (2017), Chimamanda Ngozi Adichie (2017) will be taken as reference and Emma Watson (2017), as well as others who deal with this theme and drive a feeling of sorority in conducting the transformation of social structures.

Keywords: Patriarchy, Feminism, Liberation, Equity and Equality.

1. Introdução

Ao refletir sobre o tema feminismo percebemos, de imediato, que esta é uma tarefa complexa. Considerando que os registros existentes sobre este assunto são poucos e que, ainda, há resistência em colocar esta temática em foco na arena discursiva, por razões que se apresentam encadeadas pela predominância de uma sociedade com traços do domínio patriarcal em diversas culturas.

Antes do século XIX, o patriarcado possuía sentido religioso. Neste período os patriarcas eram designados os chefes de família. Posteriormente, esta designação passou a ser utilizada para se referir ao poder monárquico, tendo o poder real associado ao poder do pai sobre os filhos.

A dominação patriarcal era característica das sociedades pré-burocráticas, supostamente não podendo ser encontrado nas sociedades capitalistas, no entanto, o

debate feminista sobre o patriarcado traz para o centro da discussão o poder do homem sobre a mulher, ainda existente nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Para as teóricas feministas, o debate feminista sobre patriarcado coloca, no centro da discussão, o poder do homem sobre a mulher existente também nas sociedades capitalistas contemporâneas. Nos sistemas patriarcais, as mulheres estão em patamar de desigualdade tendo uma série de obrigações em relação aos homens, tais como manter relações conjugais mesmo contra sua vontade, além de um grande controle sobre sua sexualidade e sua vida reprodutiva (AGUIAR, 2015).

Concordamos com Aguiar, 2015, pois o movimento feminista anticapitalismo passou, então, a combater o sistema social dominado por homens. Até os dias de hoje, é possível perceber que a maioria das grandes figuras do Estado são masculinas, sendo o Estado impregnado do patriarcado.

Embora sejam muitas as tentativas de silenciamento da voz da mulher na participação social, são elas as responsáveis por manter a unidade familiar que ancora a sociedade como um todo. Monteiro Lobato (2019) fez as devidas relevâncias a esta unidade familiar ao inserir em sua obra *Sítio do Picapau Amarelo* a Dona Benta e a Tia Anastácia. Em uma das aventuras da obra elas são convidadas a se juntar aos membros da ONU para resolver os problemas de administração das nações do mundo.

O feminismo surgiu durante as revoluções liberais do século XVIII. No Brasil, esse movimento social se consolidou a partir da luta por igualdade de condições entre homens e mulheres, tendo a ação do movimento concentrada no começo do século XX na luta para que as mulheres obtivessem o direito ao voto.

A palavra *feminismo* tem origem no latim *femīna*, que significa *mulher*. Trazemos esta definição para que demonstrar a importância de se discutir e debater sobre o feminismo no século XXI. Ele é muito mais abrangente, pois precisa abordar em sua temática o conceito de igualdade de direito de gêneros.

O feminismo necessita ser compreendido como um conjunto de teorias, tendo a história do movimento dividido em três momentos:

- O primeiro refere-se, fundamentalmente, à conquista do sufrágio feminino, movimentos do século XIX e início do XX preocupados principalmente com o direito da mulher ao voto.

- O segundo movimento diz respeito às ideias e ações associadas com os movimentos de liberação feminina iniciados na segunda metade da década de 1960, que lutaram pela igualdade jurídica e social das mulheres.

- O terceiro momento, iniciado na década de 1990, pode ser considerado uma continuação e uma reação às falhas do segundo movimento.

No Brasil, novos contornos são implementados nesta luta com a atuação feminina em diferentes frentes, tendo grupos feministas atuando através de diferentes campos do conhecimento como: filosofia, história, política, marcações territoriais e culturais visando aproximar os direitos das mulheres aos dos homens nas mais variadas questões como família, saúde, trabalho e segurança pública.

As grandes demandas do movimento feminista no Brasil do século XXI concentram-se, em geral, nas questões relacionadas ao combate da cultura do estupro e no combate ao assédio, à violência contra a mulher, na criação de políticas públicas que garantam o bem-estar e a igualdade de condição das mulheres e no combate à desigualdade das oportunidades, onde destaca-se no Brasil, a posição de privilégio das mulheres brancas e elitizadas, podendo tomar por referência a citação da filósofa francesa existencialista Simone de Beauvoir (1949) “O opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”.

A afirmação da autora, traz luz ao fato de que a luta das mulheres no Brasil, sempre compreendeu demandas diferentes em alguns pontos, considerando o movimento feminista entre mulheres brancas e de classe alta, fica explícito a sua luta pelo direito de voto e pelo trabalho fora do lar. Elas ainda buscavam o direito pela participação ativa no cenário político e econômico do país, o direito à educação, ao contrato, a propriedade e ao divórcio, enquanto que as mulheres operárias concentravam sua luta de forma mais tímida, voltada ao direito do trabalho produtivo e remunerado. Esse fosso existente, até mesmo entre as mulheres, precisa, também ser equalizado.

Tudo que existe pode ser recriado, ou seja, reconstruído. Se contrapondo ao pensamento de que a mulher ao longo da história, e ainda hoje, é vista por parte da sociedade como alguém que precisa ser conduzida pela figura masculina, a luta feminista reverberou em um resultado positivo, permitindo maior liberdade sexual e causou uma redução na taxa de natalidade. Como afirma a ativista Emma Watson, nomeada embaixadora da ONU em 2014 “O feminismo é dar escolha às mulheres. Não é uma

vara com a qual você deve bater nas mulheres. É liberdade, liberação, igualdade.” (WATSON, 2017).

A participação efetiva da mulher como parte integrante da sociedade deve representar um papel onde ela tenha lugar e voz, ao contrário do que muitas pessoas acreditam esta é uma luta recente, que tem seu início no século XIX, cuja intensificação começa a partir da revolução industrial.

O trabalho da escritora e ativista socialista franco-peruana Flora Tristan é considerado um verdadeiro marco na história desse período, por trazer importantes contribuições para a teoria feminista, ao argumentar que o progresso dos direitos das mulheres estava diretamente relacionado com o progresso da classe trabalhadora. Ela vem servir de inspiração para a mulher brasileira, visto que nesse período, há no Brasil, poucas mulheres escrevendo sobre o papel da mulher nesse novo modelo de pensamento político e social.

A luta feminista, instaurada a partir da revolução industrial, lança luz à necessidade de luta e ao desejo de causa da mulher operária que, buscava no emprego, a oportunidade de uma remuneração concreta pelo trabalho realizado, uma conquista atual, sequer imaginada para as mulheres dos séculos anteriores ao XIX, educadas e submetidas a um pensamento construído sob pilares predominantemente patriarcais.

Percebe-se esse comportamento da sociedade patriarcal, evidente na citação da filósofa francesa existencialista Simone de Beauvoir (1949) ao afirmar que “O homem é definido como ser humano e a mulher é definida como fêmea. Quando ela se comporta como um ser humano, ela é acusada de imitar o macho.”

Nessa sociedade de pilares patriarcais o papel da mulher era casar, gerar filhos, cuidar da casa e se manter submissa, primeiramente ao pai quando solteira, e, depois, ao marido após o casamento. O ato da repetição e aceitação dos costumes sem questionar ou rebelar-se contra, é elucidado pela citação da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie que vem ganhando visibilidade graças às suas reflexões sobre gênero e sexualidade. Sua citação consiste em afirmar “Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal. (2014)”. Aqui se percebe a importância de mudar, desde muito cedo, a percepção das crianças sobre a importância de se respeitar as mulheres.

Essa reflexão de Adichie corrobora citação da atriz e ativista Emma Watson, 2014, ao afirmar “Se não se obriga um homem a acreditar que precisa ser agressivo, a mulher não será submissa. Se não se ensina a um homem que tem de ser controlador, a mulher não será controlada”.

Se fizermos um recorte na história, veremos que por milhares de anos, embora apontadas como sendo figuras marcantes na bíblia² e em reinados³, a figura da mulher sempre ocupou papel de coadjuvante, ora se destacando pelos cuidados com os homens: maridos, filhos ou pais, ora pelo poder de sedução que exerciam sobre esses homens, como se o papel da mulher fosse simples e puramente predestinado a servidão.

É oportuno refletir, que nas sociedades contemporâneas, mesmo com as mulheres estando inseridas no mercados de trabalho, um fator que as tornam menos dependentes em relação aos cônjuges, ainda há mulheres em situação de dependência econômica em relação aos maridos, parte delas em decorrência do desemprego e outras por se dedicarem única e exclusivamente ao papel de donas de casa, sendo ainda o trabalho doméstico e de cuidados delegado em sua maioria, às mulheres como uma obrigação que de tanto se repetir, é visto como “natural”.

² Maria Madalena que aparece na bíblia como pecadora sendo uma das pessoas que acompanha Jesus em sua caminhada na terra, no entanto, todos os lugares reservados aos 12 apóstolos são destinados aos homens.

³ Dalila que usou seu poder de sedução para desvendar o segredo da origem da força de Sansão deixando-o vulnerável a dominação do Filisteus.

No século XVIII, a filósofa Mary Wollstonecraft que entrou para a história como mãe de Mary Shelley, a famosa autora de *Frankenstein*, desempenhou importante papel ao produzir registros históricos da Revolução Francesa, publicando comentários políticos que respondiam a pensadores do gênero masculino.

Mary Wollstonecraft, escreveu romances e livros infantis que, questionavam a ordem sexual e de gênero, além de defender os direitos das mulheres à educação e à igualdade no casamento, ou seja, há 200 anos, Wollstonecraft rompia com o paradigma de que as mulheres não deveriam estudar tão e somente para serem “esposas ideais”, o único modelo de mulher aceito na sociedade daquela época.

Questionar esse modelo de mulher nascida para se tornar “esposa ideal” desperta para outro questionamento no tocante ao papel da mulher na sociedade, pois nem todas as mulheres tinham como destino o papel de esposa. Não se pode esperar que o fato de uma pessoa ter nascida do sexo feminino tenha que cumprir o roteiro social que se criou em torno da mulher, especialmente quando esse roteiro tem arraigado em si pensamentos patriarcais.

Na sociedade dividida em classes sociais, ainda havia espaço para mais um tipo de segregação, onde as mulheres mais afortunadas tinham o papel de casar, ter filhos e garantir o pacto de herança e continuidade do patrimônio familiar, enquanto que as mulheres menos afortunadas eram destinadas as tarefas de repetição como cuidar das crianças e das tarefas das suas casas e de outras.

Ainda nos remetendo ao período de séculos de escravidão no Brasil, o papel da mulher negra que além de realizar o trabalho pesado por ser escrava e propriedade do homem branco, tinha o seu corpo submetido a satisfazer o seu *dono* como esse desejasse, já que era propriedade dos senhores de escravo. Chegando, as vezes, ao absurdo de serem transformadas em mulheres de programa que se enfeitavam e ficavam nas janelas atraindo os clientes e assim conseguir aumentar os lucros pelos pagamentos realizados na compra delas pelos seus senhores.

É pertinente registrar que, embora a mulher branca possuísse privilégios, era também educada para servir aos interesses de uma sociedade alicerçada em valores de dominação por um patriarcado, onde o homem era o membro mais importante da família; sendo, portanto, o único a ter voz e poder de decisão.

O pensamento construído ao longo da história de que a mulher, por sua natureza feminina, deveria ser inferior e secundária ao homem, ganha força na leitura feita por homens, em sua maioria, utilizando-se da própria visão religiosa, na origem da criação, quando a mulher é criada a partir de uma parte, ou seja, de uma costela de Adão, o primeiro homem criado por Deus. Esse pensamento vem sendo alimentado e, ainda hoje, se mantém, através das brincadeiras de criança.

A prática das brincadeiras destinadas às meninas se perpétua, enquanto os meninos focam suas brincadeiras nas diversas possibilidades que envolvem as profissões como as brincadeiras com bola, carrinhos, bombeiros, policiais, médicos, engenheiros, pilotos e super-heróis que dominam a força, à mulher são repetidas as brincadeiras que

remetem as práticas do lar que, acredita-se, elas devem desempenhar no âmbito familiar.

A oferta plural de brinquedos disponíveis para o público masculino, se contrapõe a singularidade que é destinada ao público feminino, o que cerceia o direito das meninas, já iniciando-se na infância, de livre escolha, já que para as famílias alicerçadas no modelo tradicional, o fato de as mulheres possam preferir não seguir o modelo tradicional que inclui marido e filhos, ainda constitui, nos dias de hoje, motivo de escândalo e rótulo, sendo o machismo - práticas sexistas que defendem a superioridade do gênero masculino -, uma prática vigente na sociedade atual.

1.1 Por que se tornar uma feminista no contexto atual?

No Brasil, o feminismo surgiu ainda na fase imperial durante a luta pelo direito à educação feminina. Nesse segmento, a escritora Nísia Floresta Augusta é considerada precursora do feminismo brasileiro. Ela é a responsável por fundar a primeira escola para meninas no Rio Grande do Sul e, posteriormente, na cidade do Rio de Janeiro, um importante passo na conquista ao direito à educação.

O mergulho na história do Brasil, retrata que ao final da década de 70, as ações feministas do país, aliaram-se aos movimentos de luta e resistência, que resultou numa aproximação com movimentos sociais de negros e homossexuais, levando o feminismo a espalhar-se por várias cidades.

Nesse período, com a inovação dos meios de comunicação, o feminismo conquistou espaço na televisão e propôs debates com questões relacionadas à sexualidade feminina, a violência contra a mulher e a equiparação de salários.

Olhar para o feminismo e para as causas, é estar disposto a olhar para uma agenda ampla que trata dos direitos civis, inserção da mulher no mercado de trabalho nas mais variadas áreas de atuação, igualdade salarial, espaço na política com voz para elaborar Leis e projetos que tem por objetivo, melhorar as condições de vida da mulher na sociedade, bem como na parceria das relações afetivas.

Para melhor compreender essa pluralidade de demandas, nos ancoramos em Simone de Beauvoir (1949) quando ela afirma “É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá

garantir-lhe uma independência concreta”, pois somente através do trabalho com remuneração equiparada é possível a efetivação de uma independência igualitária.

É pensando nesse diálogo, que prioriza ampliar as conquistas necessárias ao bem-estar da mulher, que devemos ser feministas, pois o Brasil tem um dos maiores índices de violência contra a mulher. De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Patrícia Galvão – Dados & Fontes, “Uma mulher é vítima de estupro a cada 10 minutos, Três mulheres são vítimas de feminicídio a cada um dia, uma travesti ou mulher trans é assassinada no país a cada dois dias e trinta mulheres sofrem agressão física por hora, sendo ainda que 76% das mulheres já sofreram assédio no trabalho e 97% das mulheres já foram vítimas de assédio no transporte público e, apesar desses números serem altos e alarmantes, infelizmente, ainda estão longe da realidade que realmente acontece em nosso país, pois ainda temos casos que não são devidamente registrados. Por medo, mulheres se calam, mostrando que não há igualdade de gênero.

Conforme afirma Malala Yousafzai, uma jovem paquistanesa que, ficou conhecida mundialmente, após ser baleada a caminho da escola por defender, em seu *blog*, o direito à educação para as meninas da sua região, por um talibã (fundamentalista islâmico), na época com 15 anos, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, em 2014, “Nós percebemos a importância de nossa voz quando somos silenciados”, portanto, a luta pelo direito de voz deve ser uma luta de todos e todas sempre.

A equidade por direitos para todos e todas passa pela busca, não apenas das mulheres, mas de todos aqueles e aquelas que os veem sendo tomados, sistematicamente, ao longo do tempo e, ainda pior, são silenciados e silenciadas de poder gritar sobre estas situações que já não deveriam estar acontecendo após tantas lutas travadas neste sentido. Esta deve ser uma luta árdua e diária, como afirma a ativista das causas femininas Emma Watson “O feminismo, por definição, é acreditar que tanto homens como mulheres devem ter direitos e oportunidades iguais. É a teoria política, econômica e social da igualdade de sexos” (2017). Somente neste contexto, é possível se pensar uma sociedade em que todos e todas são iguais perante a Lei.

Tomemos, a título de exemplificação, um excerto da entrevista concedida à jornalista *Janine Gomes Silva* pela historiadora *Françoise Thébaud*, durante o colóquio internacional “Histoire Orale, Histoire des Femmes, Mémoire des Femmes: Pratiques et Débats d'Hier et d'Aujourd'hui”, quando esteve em Florianópolis participando do

"Encontro Internacional Fazendo Gênero V - Feminismo como Política", publicada em uma Revista de Estudos feministas.

Janine Gomes da Silva: Gostaria que você falasse de sua trajetória intelectual, seu campo de pesquisa e como você encontrou o feminismo e a história das mulheres, ou seja, como você se tornou feminista e como descobriu a história das mulheres.

Françoise Thébaud: Trata-se, sem dúvida, de um problema de geração. Eu nasci em 1952 e estava no penúltimo ano do ensino médio quando dos acontecimentos sociais da primavera de 1968 que sensibilizaram muito os estudantes franceses, tanto os Universitários como os do Ensino Médio, e me trouxeram uma primeira consciência política. A partir de 1969/1970, fui próxima da esquerda sindicalizada. Depois encontrei também o feminismo, mas não participei do acontecimento fundador na França daquilo que os jornalistas vão chamar de movimento de liberação das mulheres (MLF): no final de agosto de 1960 foram depositadas flores sobre o túmulo do soldado desconhecido no Arco do Triunfo, e com as flores havia uma fita onde estava escrito “à mais desconhecida que o soldado, sua mulher”. Depois eu participei diretamente ou indiretamente de todas as manifestações do movimento, notadamente no que diz respeito ao direito à contracepção e ao aborto, sem estar realmente no cerne do feminismo da época, porque eu era muito jovem. A liderança histórica do feminismo na França é feita por pessoas da primeira geração do baby-boom do pós-segunda guerra, nascidas entre 1945 e 1949. Por que eu devo estudar a história das mulheres? Aqui também se trata de um fenômeno de geração e de encontros. Eu estava nos cursos preparatórios de acesso à universidade (Grandes écoles) e ingressei na Escola Normal Superior de Fontenay-aux-Roses. Era necessário escolher uma universidade depois do terceiro ano na escola, chamado na França de Licença; eu tinha ouvido dizer que Paris VII era uma universidade intelectualmente muito aberta e então quis estudar ali, enquanto que o natural seria ter escolhido a Sorbonne. Fui para a Universidade Paris VII e encontrei Michelle Perrot. Eu fazia parte do grupo de suas primeiras estudantes do último ano de faculdade no ano em que ela ministrou o famoso curso “As mulheres têm uma história?”. Estávamos em 1973 e nesse ano ela também apresentou seus primeiros temas de pesquisa para o trabalho de conclusão de curso em história das mulheres. Isso me entusiasmou, mas, como eu estava também um pouco engajada na

esquerda, eu queria um tema que englobasse tanto a história operária quanto a história das mulheres. Foi por isso que trabalhei com o tema das operárias das usinas de guerra naregião parisiense durante a Primeira Guerra Mundial, as quais substituíam os homensmobilizados nos campos de batalha.

O excerto da entrevista concedida a *Janine Gomes da Silva por Françoise Thébaud*, acima, reproduzida datado da década de 70, chama a atenção para o fato de que ninguém acorda um dia desejando ser feminista. Ser feminista é uma construção, é uma tomada de consciência, por isso, não pode ser concebido como algo espontâneo.

As correntes feministas no Brasil, sofrem forte influência da Europa e dos Estados Unidos. Judith Butler, uma das principais teóricas contemporâneas do feminismo e teoria queer, desde os anos 90, vem chamando a atenção para questionamentos de gênero, sexo e identidade em um momento em que no Brasil, poderia ser classificado como os novos *anos dourados*, tamanha a necessidade de refletir, discutir e ressignificar conceitos preestabelecidos e fincados na religião e no moralismo de um modelo de sociedade ultraconservadora:

[...] talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações do gênero e a identidade – isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político (BUTLER, 2003, p. 23).

Butler, acende a discussão sobre os questionamentos apresentados, ao mesmo tempo que, traz para esse *novo* campo de batalha discussões sobre gênero, sexo, identidade, aborto e divórcio negados por grande parte de um modelo de pensamento conservador em ruínas:

A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento (*Idem*, 2003, p. 23).

Trazer para a discussão questionamentos relacionados a definição de gêneros, como *O que define gênero*: É a biologia? São os papéis? É a anatomia humana? O gênero pode ser definido apenas pela condição biológica? Para a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, “O problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos” (ADICHIE, 2014).

Como parte do movimento feminista é possível encontrar *mulheres trans* sendo excluídas do movimento feminista, por mulheres igualmente feministas que, se aproximam mais do binarismo, preferindo se posicionar a favor da exclusão por acreditarem que essas, *as mulheres trans*, foram socializadas no masculino, o que justificaria essa exclusão, em lugar do acolhimento.

Para Butler, que defende a identidade dado pelo gênero e não pelo sexo, a questão da desconstrução de gênero se dá pelo combate desse pensamento fincado no binarismo, indo em oposição ao pensamento tradicional usados dentro de um contexto nacionalista e moralista:

Ao postular o “sexo” como “causa” das experiências sexuais, do comportamento e do desejo a produção tática da categorização descontínua e binária do sexo oculta os objetivos estratégicos do próprio aparato de produção. A pesquisa genealógica de Foucault expõe essa “causa” ostensiva como um “efeito”, como a produção de um dado regime de sexualidade que busca regular a experiência sexual instituindo as categorias distintas do sexo como funções fundacionais causais, em todo e qualquer tratamento discursivo da sexualidade (BUTLER, 2003, p. 46).

No Brasil, o direito de a mulher poder estudar, votar e ser votada, escolher sua própria profissão e se divorciar, há bem pouco tempo atrás, eram sonhos distantes, portanto, é importante ter a certeza que a inclusão e a busca por convergências entre os movimentos feministas, são de extrema importância para derrotar o sistema atual, que é composto de dominação, opressão e continua a serviço de um patriarcado que explora a mulher tanto em seu trabalho quanto sexualmente.

1.2 Figuras femininas

Ao trazer para a discussão a participação das mulheres na sociedade e suas lutas, muitas mulheres, podem acreditar que pouco foi ou está sendo feito para que essas desigualdades sejam minimizadas, no entanto, é preciso conhecer a trajetória das figuras femininas ao longo da história, sua atuação, suas lutas e, conseqüentemente, suas vitórias e sacrifícios, para então entender e reconhecer, ao menos em parte, o quanto já evoluímos nesse processo por busca de igualdade de gêneros. Ao longo da história, muitas figuras femininas se destacaram por seu protagonismo ao chamar a atenção para as

desigualdades que permeavam a forma como as mulheres eram vistas e tratadas na sociedade.

Já no século XVI, a francesa Olimpe Gouges (1748-1793) em combate a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” escrito no ano da Revolução escreveu a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”.

Olimpe, criticava a Declaração da revolução, pois era somente aplicada aos homens. O ato de rebeldia de Olimpe Gouges se seguiria de outros atos, jamais imaginados por homens e mulheres daquela época.

As mulheres do século XIX, assim como suas antecessoras, com destaque aqui para aquelas intituladas “Bruxas de Salem”, se destacaram na história pelo fato de desejarem ser protagonistas do seu destino. Essas mulheres foram condenadas à morte pelo fogo, amarradas sobre fogueiras em praças públicas porque detinham o segredo da cura pelo uso de plantas medicinais. Elas eram bonitas demais ou diferentes para os padrões aceitos na época.

Ainda tendo a morte pelo fogo como sentença, estão as 130 operárias que morreram trancadas dentro de uma fábrica fábrica de camisas em Nova York, ocorrido em 25 de março de 1911, que mataria 146 pessoas, dessas quais 129 mulheres, onde atuavam como operárias, em meio a uma forte manifestação por igualdade na política e por melhores condições de trabalho, o que torna o dia 8 de março, uma data política e não uma data festiva. Essas mulheres foram queimadas, como uma forma de calar suas vozes, de cercear os seus desejos de transformação pela raiz, porém, suas vozes ecoaram através das gerações. O grito de liberdade de cada uma delas pode ser ouvido em cada uma de nós: netas, filhas, irmãs, etc. Cada vez que uma mulher se permite fazer suas escolhas e lutar bravamente pelo direito de concretizá-las, seja no campo individual ou no campo coletivo, podemos ouvir as vozes das nossas precursoras ecoando nessa sociedade que, ainda se encontra alicerçada no sistema patriarcal, porém agora, mais que nunca, com suas bases comprometidas pelo grito de transformação: Marielle Franco? Presente! Dra. Viviane Vieira do Amaral Arronenzi? Presente! Irmã Dorothy? Presente! Professora Heley Silva Batista? Presente! Kamala Harris? Presente! Maria da Penha Maia Fernandes? Presente! Greta Thunberg? Presente! Malala YousaFzai? Presente!

Para cada voz negada, haverá sempre uma nova voz disposta a dar continuidade ao direito de igualdade e equidade entre homens e mulheres. Dentre os direitos já conquistados por nós, mulheres, ao longo da marcha pela liberdade, o direito ao voto, antes só permitido aos homens de posse, pode e deve ser considerado como sendo o maior de todos.

Destacamos aqui, o direito ao voto, por se tratar de um direito de dominação, já que aos eleitos cabe o direito e o dever de decisão, incluindo a elaboração e proposição de Leis que impactam diretamente sobre todos: mulheres operárias, negras, indígenas e LGBTQI+, geralmente, figuras marginalizadas em uma sociedade dominada por homens brancos e afortunados.

1.3 As Vertentes do Feminismo Contemporâneo

Considerando as mudanças históricas e sociais pelas quais a sociedade vem passando, ao longo dos séculos, é seguro afirmar que não existe uma só frente de luta identitária, capaz de definir todas as demandas pleiteadas pelo feminismo. É necessário refletir separadamente, pois a população feminina branca distingue-se da população feminina negra, e também levar em consideração algumas variáveis em relação a esta temática. Lançar mão de um conceito universal para definir todas as mulheres, seria o mesmo que ocultar a opressão sofrida por mulheres que pertencem originalmente a raças e classes diferentes.

O Brasil é um país estruturado, sócio culturalmente, de maneira escravocrata e patriarcal, onde poucos ainda detêm uma grande concentração de terras e riquezas. Dentro desse contexto, compreende-se que as mulheres brancas, inseridas nesse universo de concentração de renda, embora oprimidas pelos maridos, muitas vezes desempenhando o papel ativo de esposas ainda que ligadas a maridos indesejáveis, se beneficiam também do sistema, principalmente ao atribuir a outras mulheres as tarefas da casa e o cuidado com os filhos em troca de salários baixos. O direito ao trabalho com carteira assinada (em regime CLT) só foi estendido as empregadas domésticas após a aprovação da Lei Complementar nº 150, em 2015, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 72, conhecida como a PEC das Domésticas.

O feminismo liberal composto por mulheres brancas, burguesas e intelectualizadas, tem sua preocupação voltada para o direito de se beneficiarem com o

direito de herança. Sua característica é voltada para o individual e para a sociedade capitalista, visando o direito ao voto e a inclusão da mulher na política, vindo em muitas situações a ocupar o lugar antes destinado a um homem, e ainda assim, se prestando ao papel de dar continuidade a manutenção de um sistema de opressão e exploração do trabalho de outras mulheres, socialmente inferiores em poder de capital.

Considerando que o Brasil teve mais de três séculos de escravidão, tendo início no século XVI, até parte do século XIX a luta pelo direito de transformar também é pela capacidade de resistência. Nesse período, as mulheres negras, já se organizavam em quilombos trazendo grande experiência de luta, no denominado feminismo decolonial apresentado e representado pela historiadora Maria Beatriz Nascimento, uma mulher intelectual e quilombola.

A América Latina possui mais de 600 etnias dos povos originários do Brasil antes do “descobrimento”, também está clara a resistência travada por mulheres oriundas destes grupos de pessoas, hoje ainda mais necessária se considerarmos o constante ataque aos povos considerados minoritários pela ocupação constante de seus espaços geográficos de moradia pelos colonizadores de outrora e de agora, sua cultura e seus costumes são vilipendiados deixando-os vulneráveis tendo sua sobrevivência e continuidade em completo estado de vulnerabilidade.

Foi durante a revolução industrial, no século XIX que, esse panorama começou a ganhar um novo enredo, nesse momento, as mulheres operárias começaram a trabalhar nas fábricas, fazendo parte da força econômica do país. No entanto, essa participação da mulher se dá num cenário de exploração da sua força de trabalho com longas jornadas de trabalho, sem direito a carteira assinada, férias, 13º salário e licença maternidade, embora esses direitos encontram-se, atualmente, igualmente ameaçados.

A obra *O segundo sexo*², de Simone de Beauvoir, originalmente publicado em 1949, sendo publicado no Brasil em dois volumes, é considerado uma das obras mais celebradas e importantes para o movimento feminista. Retrata um convite à

² A obra *O segundo sexo*, no Brasil, foi publicado em dois volumes: *Fatos e mitos*, é o volume 1, e faz uma reflexão sobre mitos e fatos que condicionam a situação da mulher na sociedade. “*A experiência vivida*” e o volume 2, que analisa a condição feminina nas esferas sexual, psicológica, social e política.

reflexão do papel da mulher na sociedade, vista de um ângulo participativo e mais justo, passando pelas esferas sexual, psicológica, social e política.

O ser humano é concebido como um sujeito influenciado pelas transformações sociais em que está inserido. Consoante com Bakhtin:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p. 127).

Na concepção bakhtiniana a combinação discurso e sociedade revela-se extremamente importante, já que fazemos uso da linguagem e interagimos de diversas formas durante todo o tempo. No feminismo igualitário, numa situação de diálogo, deve-se levar em consideração uma situação discursiva, pela validade do argumento e não pela posição de poder dos interlocutores, ou seja, nenhuma das vozes deve ser desprestigiada, garantindo o igual direito de fala para todas as pessoas, independentemente de classe social, escolaridade, etnia, idade ou gênero.

Tomando como análise a eleição e reeleição da primeira e única mulher a ocupar a Presidência do Brasil, devemos nos ater ao fato de que o caminho que a levou a ocupar o cargo de presidente da república, não foi simplesmente oriundo de uma indicação vinda do Partido dos Trabalhadores (PT). A trajetória de Dilma Rousseff, começou na juventude ao combater a ditadura militar, num momento em que as pessoas que não aceitassem o regime imposto naquele momento, não tinham voz, fossem essas pessoas mulheres ou homens.

A reflexão e a trajetória da mulher ao longo das últimas décadas, sua luta por um espaço e pelo direito de voz, vem possibilitando que a mulher ocupe lugares de decisão ao assumir cargos de vereadora, deputada, ministra do STF, chegando até mesmo a Presidência da República como a Ex-presidente Dilma Rousseff, a primeira e única presidente mulher na história do país até o presente momento.

Embora o número de mulheres eleitas ainda represente minoria, por outro lado, o número de mulheres eleitoras com poder de voto é maior que o número de eleitores masculinos, o que nos dá esperança e fortalece o trabalho de conscientização para o

poder de decisão que as mulheres brasileiras possuem ao alcance de suas mãos. É preciso ampliar e ocupar os espaços políticos de fala para que cada vez mais elas sejam ouvidas.

1.4. Correntes atuais do feminismo

Como vem sendo tratado ao longo desse trabalho, o feminismo não deve e não pode ser tratado de forma homogênea, devendo ser refletido e pensado de forma plural, tendo em vista os vários movimentos que têm por base diferentes realidades, convergindo num objetivo único: a igualdade de gênero.

No Brasil, podemos destacar quatro correntes mais atuantes, atualmente: O feminismo negro, o interseccional, o radical, o liberal.

Primeiramente, o feminismo negro, vem agregar um grande leque de lutas aos objetivos feministas, pois as mulheres negras, além de oprimidas por conta do gênero, também sofrem pela cor. As obras da autora Maria da Conceição Evaristo de Brito retratam bem a condição da mulher negra e pobre que vive em condições precárias em favelas no Brasil.

Na sequência, destacamos o feminismo interseccional que, agrega em seu seio, mulheres de diferentes orientações sexuais, raças e classes, sem que haja distinção lutando por diversas minorias.

O feminismo radical, defende que a origem da opressão sofrida pela mulher, tem raiz no gênero masculino e biológico. Nessa perspectiva, as mulheres transexuais são excluídas por terem nascido homens.

Finalmente, destacamos o feminismo liberal, cuja filosofia é a busca pela igualdade entre homens e mulheres acreditando que está será alcançada por meio de reformas políticas e sociais. Seus esforços de lutas, estão direcionados para os meios de comunicação social como forma de expandir suas ideias.

Independentemente da corrente, há um ponto que deve ser comum a todas, a luta pela ampliação e garantia de atos e projetos educativos, pensados de forma a possibilitar aos indivíduos pensamento crítico para intervir no meio em que vivem, visando uma sociedade mais democrática, igualitária e justa para todos.

Ainda considerando as diversas correntes feministas, a metade do século XX nos apresenta o *Eco Feminismo*, uma corrente que defende que a mulher estaria mais integrada com meio ambiente e que dela virá a verdadeira emancipação humana.

Como a crise de Covid-19 mostra, a sustentabilidade é uma questão urgente que se alinha estreitamente às questões de justiça e igualdade entre mulheres, negros, povos originários do Brasil e o meio ambiente.

Também se deve destaque, ao *Transfeminismo*, uma corrente do feminismo voltada à luta contra a transfobia. Essa corrente luta contra a dupla opressão das *mulheres trans* e está muito próxima do *Feminismo Queer*, que se posiciona contra o Binarismo de Gênero.

O *ativismo digital*, vem ganhando espaço e dialogando com os diversos movimentos por estar associado ao uso das redes sociais e tem como bandeira o combate ao assédio, violência e feminicídio, além de representar uma nova maneira de resistência, uma vez que, nos encontramos impossibilitados de protestar nas ruas devido a pandemia instaurada pelo Corona vírus.

Para o feminismo marxista, uma vertente do feminismo que dialoga com as demais vertentes, com exceção da liberal e se posiciona de forma a contemplar as lutas coletivas, as mulheres são oprimidas por meio do sistema capitalista e da propriedade privada, no entanto, a opressão vai muito além da exploração do trabalho feminino, sendo a mulher explorada sexualmente de forma quase que naturalizada.

Ao longo dos séculos, o abuso contra o corpo feminino, se naturalizou de forma que, no lugar de causar escândalo e repúdio, chega a ser legalizada pelo sistema governante de muitos países onde continuam a praticar o casamento infantil, um costume que vem sendo combatido por defensores dos direitos humanos, assim como a prática de mutilação genital em meninas, um ato nocivo que atinge milhões de meninas todos os anos.

É preciso compreender melhor as desigualdades e a sobreposição de opressão e discriminação a que milhares de mulheres são submetidas todos os dias, independentemente da vertente ou corrente em que estejam inseridas, sendo a busca por respeito necessário para a conquista e reafirmação do espaço social na contemporaneidade.

2 CONCLUSÃO

O direito a equidade e igualdade entre homens e mulheres continua sendo um grande desafio a ser alcançado, por nós, mulheres desse século, dentre eles o direito de nos constituir enquanto mulheres protagonistas de nossas próprias histórias.

O direito ao voto, no âmbito de votar e ser votada, o direito ao divórcio, ao uso da pílula anticoncepcional, ao aborto em casos de violência e risco de vida para a mulher, de estudar e ocupar espaços antes só permitidos aos homens, são alguns dos direitos já conquistados por nós e por nossas antecessoras.

Estamos nós, mulheres do século XXI, explorando todo o nosso potencial diante de todos os caminhos que a informatização nos apresenta? Mulheres continuam sendo assassinadas por seus companheiros, pais, tios, homens que fazem parte de seu seio familiar e íntimo. Mulheres ainda são violentadas, abusadas e assassinadas pelo simples fato de serem mulheres.

A pandemia, um mal do século XXI que chegou sem que fôssemos avisados ou preparados para enfrentá-la, traz um novo modelo de trabalho, o *teletrabalho* como sendo uma nova possibilidade, ao mesmo tempo em que abre um novo abismo entre mulheres de maior e menor poder aquisitivo, já que o uso da informatização exige investimento e formação.

Nossa vida se constitui em luta constante: o direito de ocupar espaços na sociedade de forma mais equilibrada, o que inclui a política e o mercado de trabalho, o direito de dividir tarefas domésticas de forma justa e proporcional, o direito de dispor dos nossos corpos de acordo com nossos desejos onde sim signifique *sim*, e não signifique *não!*

Independentemente da vertente do feminismo com o qual cada mulher se identifique, um ponto deve unir todas as mulheres: a luta pelo direito de permanecer ou romper um relacionamento e ainda assim permanecer viva!

É importante reafirmar que há diferentes vertentes do feminismo atuando na sociedade, cada uma dentro de sua identidade, porém o fato de cada uma estar mais focada em sua luta individual, não pode levar a luta feminista a uma fragmentação.

É necessário, posicionar a mulher no centro de reflexões e discutirmos seus problemas levando em consideração suas particularidades, onde tais experiências não a excluam da principal definição de que mulheres são antes de tudo, seres humanos atuando num mundo onde por muito tempo seus sentimentos e desejos permaneceram invisíveis. A mulher precisa ser vista como sujeito do conhecimento, como pessoa que pensa,

percebe, experimenta, produz saber, filosofa, constrói e faz história sendo capaz de transformar o mundo em que se encontram atualmente e que consiste em um sistema transfóbico, racista, opressor e desigual.

Iniciativas como a criada pela ONU Mulheres, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, o movimento ElesPorElas (*HeForShe*) é um esforço que abre caminho para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade. Somente a união de esforços entre todos e todas os que compõem a sociedade será capaz de através do diálogo modifica-la e transformá-la para melhor.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimmanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

_____. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

AGUIAR, Neuma (org.) (1984). **A mulher na força de trabalho na América Latina** Rio de Janeiro: Vozes.

BAKHTIN, M. (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13. ed. Trad. M. Lahud; Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

_____. **O segundo sexo: fatos e mitos**, vol. 1. 3ª ed. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

_____. **O segundo sexo: a experiência vivida**, vol. 2. 3ª ed. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

BEZERRA, SYMONE Nayara Calixto. **A contribuição da Análise Dialógica do Discursopara o ensino da escrita escolar: do blog ao artigo de opinião**. João Pessoa, 2018

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista**. Debate feminista, 18 (1998):296-314.

_____. **Cuerpos que importan: sobre lós limites materiales y discursivos del “sexo”.** Traducción Alcira Bixio. 1ª Ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.

D`AVILA, Manuela. **Por que lutamos? Um livro sobre amor e liberdade.** 1ª ed. Editora Planeta, 2019.

ELAS por Elas. Revista Eletrônica ONU Mulheres. Disponível em:
<<http://www.onumulheres.org.br> > elesporelas> Acesso em: 18/06/2021.

GONZÁLEZ, María de la Macarena Iribarne. **Flora tristán y la tradición del Feminismo Socialista de Derechos Humanos Bartolomé de las Casas.** Getafe, junho de 2009.

GOUGES, Olympe de, **Femme, réveille-toi!** Editon Gallimard, 2014.

LOBATO, Monteiro. **Sítio do Picapau Amarelo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual.** Editora Expressão Popular: São Paulo, 2011.

KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografía de uma mujer emancipada.** Trad. Elena Herrero e Juan del Solar. 3. Ed. Editorial Fontamara: Barcelona, 1978.

MENDES Raiana Siqueira; Bruna Josefa de Oliveira VAZ, Amasa Ferreira CARVALHO. **O Movimento Feminista e a luta pelo empoderamento da mulher.** Disponível em: Acesso em: 17 de novembro de 2018.

_____, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

RINALDI, Roberta. **Referências do movimento feminista para usar na redação do Enem.** Disponível em: <<https://blog.imagineie.com.br> > referencias-do-movimento> Acesso em: 18/06/2021.

THÉBAUD, Françoise. (Org.). **História das mulheres no Ocidente: o século XX.** Tradução de Alda Maria Durães et. al. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995. v. 5 (Coleção dirigida por Georges Duby e Michelle Perrot.)

THÉBAUD, Françoise. **Écrire l'histoire des femmes.** 2. ed. Fontenay/Saint-Cloud: ENSÉditions, 1998.

TRISTAN, F. **Nécessité de faire un bon accueil aux femmes étrangères, par Madame F.T.** Paris: chez Delaunay, 1835. (Bibliothèque Nationale, Paris. Microfiche m.16830)

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos di-reitos da mulher.** Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.